

O ADULTOCENTRISMO E A SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO DOS ADOLESCENTES COMO ASPECTOS NATURALIZANTES DO ABUSO SEXUAL

Diana Sampaio Braga; José Arlindo Aguiar Filho; Hully Manguiera Rodrigues

Universidade Estadual da Paraíba UEPB – email: dianasbraga@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo trata-se de uma análise sobre a influência de aspectos culturais para uma maior vulnerabilidade dos adolescentes ao abuso sexual, na medida que reforçam o paradigma social adultocêntrico e patriarcal vigente que preconiza a supremacia masculina e autoriza o poder do adulto sobre a população infanto-juvenil. Nesta perspectiva a concepção negativa e naturalizante da adolescência induz a adoção por parte dos adultos de uma postura autoritária e dominadora, ao olhar o jovem com desconfiança e tratá-lo como sua propriedade. Outro aspecto considerado é o processo de socialização da adolescência imbuído de normas de gênero, que autoriza relações de poder e opressão entre o homem e a mulher consolidando valores arcaicos que legitimam desigualdades entre os sexos. Dessa forma, considerando a configuração social sexista e adultocêntrica percebe-se a necessidade de incluir nas estratégias voltadas para o combate desta problemática, uma leitura crítica e transformação de valores culturais e ideológicos arcaicos que estruturam relações sociais assimétricas de poder, as quais convertem-se em legitimadores da violência contra a população infanto-juvenil e a mulher.

Abuso sexual, Sexismo, Adultocentrismo.

De acordo com National Center for Child Abuse and Neglect, abuso sexual é o contato ou interação entre uma criança ou adolescente e um adulto, quando a criança ou o adolescente está sendo usado para estimulação sexual do executor ou de outra pessoa. O abuso sexual pode ser cometido por uma pessoa menor de 18 anos, quando o executor está numa posição de poder ou controle sobre a vítima (Kogan, 2004).

Tal conceituação é complementada por Saffioti (1997) que introduz o componente sexista, característico das sociedades patriarcais em que o abuso sexual seria uma extensão da ordem social assimétrica, onde o homem exerce poder sobre a mulher, fato corroborado pelas estatísticas as quais evidenciam que independentemente da classe sócio-econômica, as mulheres estão significativamente mais expostas a este crime. Ampliando, ainda, a concepção de violência de gênero, incluindo, além de vítimas mulheres, crianças e adolescentes independentemente do seu sexo.

Essa visão é compartilhada por Renk, Jequist, Steinberg, Bosco e Phares (2002) que atribuem, em parte, o alto nível de ocorrência de abuso sexual nos Estados Unidos ao sexismo presente na sociedade ocidental evidenciado nas diferentes mensagens que os homens e as mulheres recebem com relação ao comportamento sexual e ao poder.

É necessário considerar também a dimensão intergeracional que perpassa esta problemática, pois historicamente em várias épocas e países as crianças e os adolescentes sempre foram vitimizados por diversos tipos de maus tratos, devido às concepções autoritárias e coercitivas características da sociedade paternalista que embasaram as condutas educativas, orientadas para a punição através de castigos corporais e pela ausência de políticas públicas incumbidas de dar proteção ao segmento infanto-juvenil (Libório, 2006).

Neste sentido, o presente artigo pretende realizar uma revisão teórica sobre os condicionantes culturais que tornam a população juvenil mais exposta ao abuso sexual, como a concepção estereotipada acerca da adolescência estimula aos adultos assumirem uma posição de controle e poder sobre este público, e, busca descrever como o processo de socialização, permeado por modelos normatizadores de gênero, autorizam relações de poder e opressão entre o homem e a mulher.

Aspectos sócio-históricos da adolescência

A concepção predominante da adolescência é a de que se trata de uma fase natural do desenvolvimento definida como uma etapa de transição da infância para a idade adulta na qual o indivíduo vivencia uma série de mudanças, corporais, psicológicas e sociais (Bock, 2004; Campagna 2005). Além disso, este período é visto a partir de uma imagem estereotipada na medida que é associado à presença de turbulências, conflitos, crises de identidade e rebeldia que torna problemática a convivência com o adolescente (Ozella, 2002).

De acordo com Bock (2004), as características consideradas específicas da adolescência são lidas como negativas ou concebidas como imaturidades típicas dessa idade. Mesmo as características positivas relacionadas a esta fase são consideradas como transitórias e fruto da sua incompletude. Há uma desvalorização do jovem que é visto com desconfiança pela sociedade. Esta imagem desfavorável e estigmatizante da adolescência foi reforçada por abordagens psicanalíticas que a descreveram como uma etapa vinculada a perdas, estresse e confusão desencadeadas pela emergência dos impulsos sexuais (Ozella, 2002).

Ainda neste sentido, Erikson (1975) institucionalizou este período como uma fase singular do processo de desenvolvimento, a partir do conceito de moratória que compreendia essa etapa como marcada por indefinições de papéis, tomada de escolhas e na dificuldade de construir uma identidade própria.

Entretanto, esta visão da adolescência traz em seu cerne questionáveis princípios que a fundamentam, pois conceber este período como natural implica isentá-lo do seu caráter sócio-histórico, como também compreendê-lo como fenômeno universal que afeta indiscriminadamente os seres humanos independente da sua configuração cultural, étnica e social. Para Palácios (1995), a puberdade enquanto fato biológico é um fenômeno universal e importante para o quadro maturacional do indivíduo. Porém, não se pode considerar a adolescência uma fase natural do desenvolvimento humano, pois ela deriva das condições sócio-econômicas que perpassam a vida do jovem.

A adolescência é um conceito socialmente construído, iniciado a partir da idade média quando se torna importante para a perspectiva biológica adotada na época, discernir e separar as etapas da evolução da vida humana. Anteriormente, essa fase era confundida com a infância vinculada a uma idéia de dependência (Campagna, 2005).

No século XX, esta definição e diferenciação de etapas consolidou-se introduzindo a adolescência como uma fase singular, vivenciada entre a infância e a maturidade (Áries, 1978). Para Lévisky (1995) a adolescência da forma como é vivida pela cultura ocidental é reflexo do processo de industrialização, quando adveio a instituição das leis trabalhistas, a necessidade de mão de obra especializada e o desejo da burguesia de afastar seus filhos do trabalho, o que resultou numa democratização do sistema educacional que antes era restrito à aristocracia. Dessa forma, os jovens davam continuidade aos seus estudos para depois se inserirem no mercado de trabalho e retardavam a tomada de responsabilidades adultas, como independência financeira dos pais, casamento e término dos estudos.

O conceito de adolescência disseminado pela psicologia do desenvolvimento fundamenta-se estritamente nos parâmetros dos jovens urbanos, ocidentais, brancos e de classe média ou alta (Ozella, 2002). Os outros aspectos sociais, étnicos e contextuais são ignorados conduzindo a uma visão alienada e ideológica que ignora a heterogeneidade de oportunidades, oculta as desigualdades sociais e situa no próprio jovem toda a responsabilidade de suas ações (Rocha, 2002).

Bock (2004) compartilha desta visão ao afirmar que há na literatura corrente uma negligência na leitura de condicionantes políticos e sociais que influenciam na constituição da adolescência. Pois, geralmente não são assinaladas importantes condições estruturais e culturais, como ausência de políticas para a juventude, o sentimento de propriedade que os pais possuem em relação aos filhos, a inadequação da metodologia escolar para a cultura adolescente, a dificuldade de alcançar autonomia financeira e a delimitação obscura do que é o mundo jovem.

A imagem dos adolescentes como seres incompletos e imaturos que ainda não atingiram seus potenciais, inibe o oferecimento de oportunidades para que estes possam participar de ações significativas no campo social, capazes de interferir de forma ativa e construtiva na solução de problemas reais na escola e na comunidade (Costa, 1999).

Na ótica da sociedade, o adolescente ainda não alcançou uma competência crítica, social e política, esta crença torna necessária a adoção de uma pedagogia do controle aplicada pelos adultos voltada para adaptação e modelagem do jovem (Magro, 2002). Os adultos, portanto, são estimulados a assumir uma postura autoritária, dominadora, de imposição de regras não havendo um real questionamento sobre a necessidade deste controle que é naturalizado.

Dessa forma, o sistema cultural construído ao longo da história é pautado por valores que autorizam uma posição de controle e dominação do adulto sobre o adolescente, e considerando que o poder no âmbito social está relacionado à violência, é permitido ao adulto subjugar e agredir a população juvenil.

A socialização do adolescente perpassa por uma série de condicionantes, como inserção de classe, etnia e gênero os quais têm um impacto decisivo no processo de construção de sua subjetividade. Neste trabalho será analisado com maior propriedade o condicionante de gênero.

Socialização de Gênero

De acordo com Saffioti (1997), as pessoas não se transformam em homens ou mulheres somente quando se tornam adultos. A partir do nascimento e ao longo da sua existência é proporcionado à criança e ao adolescente um processo de socialização imbuído de orientações normatizadoras acerca do gênero.

As normas e valores culturais que fundamentam o aprendizado sobre o comportamento adequado do homem e da mulher são internalizadas nas interações cotidianas particularmente no âmbito da convivência familiar, a qual é estruturada de acordo com os paradigmas de gênero evidenciados na organização do espaço doméstico, nas rotinas, jogos, brincadeiras e nas relações interpessoais entre seus membros (Lavinias, 1997).

Yépez e Pinheiro, 2005, p.149) partilhando desta visão afirmam que:


Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias
Coordenação Geral do XIII CC

“As relações de gênero situadas sempre em contextos sociais específicos demarcam espaços, delimitam possibilidades e configuram matrizes ou

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

modelos de interação entre as pessoas, implicando pressões sobre aquelas que as transgridem ou subvertem”.

Nesse sentido, as relações de gênero apresentam-se em toda a dinâmica social podendo manifestar-se com configurações diferentes, dependendo do grupo social, embora geralmente apresentem assimetria de poder e o processo de dominação como características. O gênero é um dos conteúdos estruturantes da identidade do indivíduo que o influencia ao longo da sua vida nas suas escolhas, formas de perceber os fenômenos, oportunidades enfim, toda a sua trajetória.

Ao tratar sobre as especificidades da vivência de cada sexo, Saffioti (1997) salienta que, no âmbito da violência, meninos e meninas estão sujeitos a tipos diferentes de agressão. Os meninos estão expostos com maior frequência a mortes violentas, e as meninas a serem vítimas de violência sexual. A análise dos papéis sexuais destinados aos homens e às mulheres ajudam na compreensão deste quadro, pois se percebe a presença de modelos normativos que orientam as interações sociais e legitimam relações de poder/opressão entre os dois sexos.

O gênero como estruturante das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas e construídas entre os sexos através dos símbolos culturais, suscitam representações diversas e ambivalentes como as imagens de Eva e Maria, que simbolizam, respectivamente, a mulher pecadora e santa, pólos opostos capazes de gerar significados e sentimentos contraditórios (Cordeiro, 2004).

Segundo DeSouza, Baldwin e Rosa (2000), o ícone feminino que orienta o repertório de comportamento da mulheres é o arquétipo da Maria, símbolo de abnegação, sacrifício e com traço definidor a maternidade e o padrão virginal de comportamento sexual. Em contrapartida o modelo que normatiza o universo masculino é o do Machão visto como um predador sexual que afirma sua virilidade através da agressão e do distanciamento ao traços considerados típicos das mulheres.

Ancorado nesses estereótipos, está a concepção de que o lugar da mulher está circunscrito ao âmbito privado próximo ao contexto familiar e doméstico, como donas de casa, esposa e mãe. O homem é destinado ao espaço público que extrapola os limites domésticos e inclui o universo do trabalho, ou seja, “o mundo da mulher é a casa e a casa do homem é o mundo”.

Ainda nesta perspectiva de gênero, permanecem visões deturpadas que legitimam o abuso sexual e atuam no sentido de culpabilizar a vítima mulher, a qual é percebida como símbolo da sedução que estaria protegida, caso ficasse confinada ao âmbito privado e domiciliar reconhecido como seu lugar de origem. Desta forma, a emancipação feminina que contraria o arquétipo de Maria é apontada como a causa da vitimização. Além disso, o homem é representado como dotado de um

impulso sexual incontrolável cuja virilidade está intrinsecamente associada a um comportamento sexual agressivo (Cavalcanti, Gomes & Minayo, 2006).

Embora algumas mudanças tenham ocorrido impulsionadas pelos movimentos feministas que visibilizaram as práticas de opressão e submissão às quais as mulheres foram submetidas no decorrer da história, e os estudos sobre masculinidade tenham evocado discussões e questionamentos sobre as consequências do paradigma hegemônico do que é ser homem sobre os processos de subjetivação destes, ainda permanecem valores arcaicos que legitimam relações de poder e violência do homem sobre a mulher (Yépes & Pinheiro, 2005). Neste contexto de poder assimétrico a subjetividade de meninos e meninas é construída, influenciada pela formação de conceitos/preconceitos presentes no imaginário social e nos modelos simbólicos, o que repercute em toda a trajetória destes indivíduos.

Reflexões Finais

Na perspectiva da sociedade o adolescente é visto com desconfiança, as características apontadas como típicas desse período são avaliadas como negativas, esta etapa é definida como marcada por turbulências, instabilidade e rebeldia. Nesse contexto difunde-se crenças de que o adolescente necessita ser educado a partir de um rígido controle.

Dessa forma, os adultos são incentivados a assumir uma posição de poder e domínio sobre a população juvenil, o que permite a adoção de uma conduta autoritária e algumas vezes agressiva. Pois, de acordo com Gomes (data) o poder no quadro social é associado à violência, assim, para a categoria que recebe o status de dominante, é dada também uma permissão para exercer a violência. Neste sentido, há uma tolerância social à subjugação do adolescente ao adulto.

Paralelo a este quadro está o sexismo presente no sistema cultural próprio das sociedades androcêntricas que preconiza a subordinação da mulher ao homem através da disseminação de papéis sexuais construídos ao longo da história que traçam discrepantes modelos de feminilidade e masculinidade. No decorrer do processo de socialização o adolescente é exposto a estes padrões do que é ser mulher e ser homem, os quais tem um impacto significativo na sua trajetória e na construção de sua subjetividade.

Considerando que o abuso sexual é compreendido como uma relação unilateral e autoritária na qual atuam atores com forças/maturidade/conhecimento e poderes desiguais, pode-se perceber

como os condicionantes culturais anteriormente referidos potencializam a vulnerabilidade dos jovens ao abuso sexual na medida que constroem categorias dominantes e subordinadas.

Diante do que foi exposto pode-se afirmar que o enfrentamento ao abuso sexual precisa incluir o questionamento destes valores culturais que contribuem para a existência de contextos relacionais assimétricos que constituem-se em uma característica central das situações abusivas que suprimem o direito de escolha da vítima as expropriando da autonomia do seu corpo.

Além disso, considerando a configuração social sexista e adultocêntrica percebe-se a necessidade de incluir nas estratégias voltadas para o combate desta problemática, uma leitura crítica e transformação de valores culturais e ideológicos arcaicos que estruturam relações sociais assimétricas de poder, as quais convertem-se em legitimadores da violência contra a população infanto-juvenil e a mulher.

Referências Bibliográficas

- Bock, A. M. B. (2004). *A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão*. Cad. Cedes, 24 (62), 26-43.
- Campaigna, V. N. (2005). *A identidade feminina no início da adolescência*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Cavalcanti, L.F., Gomes, R. & Minayo, M.C.S. (2006). *Representações Sociais de profissionais de saúde sob violência sexual contra a mulher: Estudo em três maternidades do Rio de Janeiro, Brasil*. Cadernos de Saúde Pública, 22(1), 31-39.
- Costa, A. C. G. (1999). *O adolescente como protagonista*. Cadernos: Juventude, Saúde e desenvolvimento.
- DeSouza, E., Baldwin, J.R. & Rosa, F.H. (2000). *A construção social dos papéis sexuais femininos. Psicologia: reflexão e Crítica*, 13(3), 485-496.
- Drezett, J. (2001). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Os desafios dos profissionais de saúde*. Pacto São Paulo Contra a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 17-39.

Falciro, E. T. S. & Campos, J. de O. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: Thesaurus.

Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - IIEPB
Coordenação Geral do XIII CONAGES

Antonio Maria Castro
Comissão Organizadora XIII CONAGES

Marcio Rodrigo Vale Caetano
Comissão Organizadora XIII CONAGES

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

- Gomes, R., Minayo, M. C. S., & Fontoura, H. A. (1999). *A prostituição infantil sobre a ótica da sociedade e da saúde*. Revista de Saúde Pública, 33 (2), 2-9.
- Kogan, S. M. (2004). *Disclosing unwanted sexual experiences: results from a national sample of adolescent women*. Child Abuse Neglect, 28, 147-165.
- Lavinas, L. (1997) *Individualização e Cidadania: questões a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente*. . Em: F.R. Madeira (Org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil* (pp.18-23). Rio de Janeiro: Record .
- Libório, R.M.C. (2006). *A Violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente*. GT. 23: *Gênero, Sexualidade e Educação*. Nº 23 [On-line], Disponível na Internet: <http://www.anped.org.br/reunioes/29> (consulta em 21 de dezembro de 2006)
- Magro, V. M. M. (2002). *Adolescentes como autores de si próprios: Cotidiano, educação e hip hop*. Cad. Cedes, 22 (57), 63-75.
- Ozella, S. (2002). *Adolescência: uma perspectiva crítica*. Em M. L. Contini & S. H. Koller (Org.), *Adolescência e psicologia: concepções práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Palácios, J. (1995). *O que é a adolescência*. Em Coll, C., Marchesi, A. & Palácios, J. *Desenvolvimento psicológico e educação* (pp. 263-273). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pérez, V. A. F. & Fiol, E. B. (2000). *Violencia de género e misoginia: Reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo*. Papeles del Psicólogo, 75, 13-19.
- Renk, K., Jequist, L. L., Steinberg, A., Bosco, G. & Phares, V. (2002). *Prevention of child sexual abuse: Are we doing enough? Trauma, Violence & Abuse*, 3, (1), 68-84.
- Rocha, M. L. (2002). *Contexto do adolescente*. Em M. L. Contini & S. H. Koller (Org.), *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Sabourin, P. (1997). *Por que a terapia familiar em face do incesto?* Em: Gabel, M. (Org.). *Crianças vítimas de abuso sexual* (164-174). São Paulo: Summus.

Saffioti, H. I. B. (1997). *Os menores tem dois sexos*. Em: Madeira, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - IUPERJ
Coordenador Geral do XIII CONAGES

Amanda Motta Castro
Comissão Organizadora XIII CONAGES

Marcio Rodrigo Vale Caetano
Comissão Organizadora XIII CONAGES

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br



CONAGES


Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva - UEPB
Coordenação Geral do XIII CONAGES


Amanda Motta Castro
Comissão Organizadora XIII CONAGES


Marcio Rodrigo Vale Caetano
Comissão Organizadora XIII CONAGES

(83) 3322.3222
contato@generoesexualidade.com.br
www.generoesexualidade.com.br